

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS
DA PRAÇA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros do
Associação dos Artistas Amigos da Praça
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação dos Artistas Amigos da Praça, ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Artistas Amigos da Praça, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pelo Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão, também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser desempenhados.

Atualmente o Contrato de Gestão "nº09/2013 - Termo de Aditamento", tem o prazo de vigência até junho de 2018 com possibilidade de aditamento. Ademais, a Associação pode ser contratada novamente, se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta da Associação, seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção, para os riscos relacionados a continuidade operacional da Associação, caso a mesma não seja selecionada na convocação pública, para administrar o novo Contrato de Gestão, pois atualmente existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 17 de fevereiro de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2017	2016		Nota explicativa	2017	2016
Circulante				Circulante			
Recursos vinculados a projetos	4	1.508	976	Fornecedores		295	191
Contas a receber	5	102	52	Projetos a executar	7	345	17
Estoques		41	41	Salários, férias e encargos sociais	8	792	817
Outros créditos		193	205	Impostos a recolher		13	10
		<u>1.844</u>	<u>1.274</u>	Outras contas a pagar		31	32
						<u>1.476</u>	<u>1.066</u>
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	6	739	1.063	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	767	1.090
Intangível		44	27			<u>767</u>	<u>1.090</u>
		<u>783</u>	<u>1.090</u>	Patrimônio líquido	11	384	207
				Patrimônio social		384	207
						<u>384</u>	<u>207</u>
Total do ativo		<u><u>2.627</u></u>	<u><u>2.364</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>2.627</u></u>	<u><u>2.364</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
Receitas operacionais			
Receitas com restrições			
Receita contrato de gestão		10.324	8.948
Captação - outros projetos		1.160	1.534
Rendimentos financeiros		170	238
Outros		516	11
Trabalho voluntário	10	120	150
Aluguel gratuidade	3.i	1.451	1.174
Total receitas com restrições	12	13.741	12.055
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	13	(7.643)	(7.203)
Despesas com prestadores de serviços	14	(1.796)	(1.278)
Despesas gerais e administrativas	15	(2.075)	(1.860)
Despesas com depreciação e amortização		(385)	(333)
Outras despesas		(75)	(6)
Despesas financeiras		(19)	(12)
Trabalho voluntário	10	(120)	(150)
Aluguel gratuidade	3.i	(1.451)	(1.174)
Total das despesas com restrições		(13.564)	(12.016)
Superávits dos exercícios		177	39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávits dos exercícios	177	39
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>177</u>	<u>39</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	168	168
Superávit dos exercícios	-	39	39
Incorporação do Superávit	162	(162)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	162	45	207
Superávit dos exercícios	-	177	177
Incorporação do Superávit	162	(162)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>324</u>	<u>60</u>	<u>384</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	177	39
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	385	324
Residual baixado de ativo imobilizado	-	-
	<u>562</u>	<u>363</u>
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Recursos vinculados a projetos	(323)	(299)
Outros créditos	12	(58)
Contas a receber	(50)	850
Fornecedores	104	91
Projetos a executar e obrigações com o estado	328	17
Salários, férias e encargos sociais	(25)	(74)
Impostos a recolher	3	(41)
Outras contas a pagar	(1)	(145)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>48</u>	<u>341</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(78)	(28)
Venda de imobilizado e intangível	-	3
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(78)</u>	<u>(25)</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa	<u><u>532</u></u>	<u><u>679</u></u>
Caixa no início do período	976	297
Caixa no final do período	1.508	976
Aumento/(redução) líquido de caixa	<u><u>532</u></u>	<u><u>(679)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Associação dos Artistas Amigos da Praça ("Associação"), foi constituída em 10 de junho de 2010, sendo uma Associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos:

- Desenvolver e administrar projetos sócio educacionais, culturais e institucionais;
- Valorizar a arte e a educação como agentes da transformação social, discutindo questões como, ética, cidadania, inclusão, diversidade e autonomia;
- Promover intercâmbios e estágios com Associações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com ou sem fins lucrativos, entre os diversos segmentos artísticos como, artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outros;
- Compartilhar com a população os resultados obtidos em suas diversas iniciativas oferecendo atividades culturais de qualidade;
- Oferecer a população atividades de formação e difusão cultural em diversas áreas das artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outras;
- Fomentar as atividades artísticas, culturais e educacionais;
- Irradiar e fomentar ideias e ações para outras localidades a partir do histórico de intervenções artísticas já realizadas na Praça Roosevelt e seu entorno;
- Produzir e lançar bens culturais, tais como: espetáculos teatrais, exposições, publicações, registros audiovisuais e outras atividades e eventos que atendam os objetivos da Associação;
- Criar uma rede de relações na qual os alunos de seus diversos departamentos trocarão saberes e competências;
- Oferecer à população o acesso gratuito à biblioteca, arquivos e espaço de exposições; a. Prestar serviço de consultoria, curadoria e assessoria para cursos e atividades afins;
- Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos cujo uso lhes for permitido, utilizando-os exclusivamente para o fim especificado, vedado o seu uso de forma diversa e ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto nº 43.493 de 04 de junho de 1.998, pelo qual, através do processo SC 155977/2013, da Secretaria da Cultura, com fundamento na Lei Complementar nº 846/98, o Governador do Estado qualificou Associação dos Artistas Amigos da Praça (ADAAP) como organização social da área da cultura, de modo a habilitar-se à celebração do contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes.

Em 1 de julho de 2011, a Associação formalizou junto à Secretaria de Estado e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, o primeiro aditivo ao Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços com o objetivo de fomentar e operacionalizar a gestão e execução de atividades e serviços na área de formação e das artes cênicas. Maiores detalhes do contrato de gestão na Nota Explicativa nº 7.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002R1 - Entidade sem finalidade lucros".

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 19 de fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Software	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários e gratuidades.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Os trabalhos voluntários são compostos pelos membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Os valores de gratuidades, referem-se ao valor de aluguel não pago pela Associação, uma vez que são áreas cedidas pelo Governo do Estado de São Paulo. Foram considerados como as principais estimativas para avaliação do preço do aluguel não pago: (i) o metro quadrado utilizado pela Associação e (ii) o preço do metro quadro de aluguel da região para escritórios comerciais.

4. Recursos vinculados a projetos.

	2017	2016
Caixa	2	2
Banco conta movimento	1	11
Aplicações financeiras	1.505	963
	<u>1.508</u>	<u>976</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 90% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (90% a 91% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2015).

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

5. Contas a receber

	2017	2016
Contas a receber Cena Onze	100	-
Outros	2	52
	<u>102</u>	<u>52</u>

Em 26 de novembro de 2016 a Associação firmou contrato de prestação de serviço para com a Associação Cultural Cena Onze para a realização de cursos de formação cultural/profissional relacionadas às artes do palco bem como a realização de cursos destinados ao aperfeiçoamento e/ou ampliação do conhecimento de artistas profissionais e amadores.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

6. Imobilizado

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
				2017	2016
Móveis e utensílios	10%	749	(450)	299	358
Máquinas e Equipamentos	10%	898	(525)	373	454
Equip. de inf. e com.	20%	585	(518)	67	111
Outros				-	140
		<u>2.232</u>	<u>(1.493)</u>	<u>739</u>	<u>1.063</u>

Movimentação do ativo imobilizado

Custo	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Móveis e Utensílios	734	22	7	749
Máquinas e Equipamentos	886	12	-	898
Equipamentos de informática e comunicação	569	18	2	585
Outros	333	-	(332)	1
	<u>2.522</u>	<u>51</u>	<u>(323)</u>	<u>2.232</u>
Depreciação				
Móveis e Utensílios	(375)	(75)	-	(450)
Máquinas e Equipamentos	(432)	(93)	-	(525)
Equipamentos de informática e comunicação	(458)	(64)	4	(518)
Outros	(194)	-	194	-
	<u>(1.459)</u>	<u>(232)</u>	<u>198</u>	<u>(1.493)</u>
	<u>1.063</u>	<u>(181)</u>	<u>(125)</u>	<u>739</u>

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. Atualmente todo o ativo imobilizado e ativo intangível estão vinculados ao contrato de gestão. Dessa forma existe uma obrigação registrada no Passivo não circulante no montante de R\$ 767 mil.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

7. Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

	Saldo em 31/12/2016	Valores recebidos / repasses	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Ativo imobilizado e intangível	Saldo em 31/12/2017
Contrato de Gestão (09/2013)	17	10.712	110	276	(10.710)	(60)	345
	17	10.712	110	276	(10.710)	(60)	345
	Saldo em 31/12/2015	Valores recebidos / repasses	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Ativo imobilizado e intangível	Saldo em 31/12/2016
Contrato de Gestão (09/2013)	-	9.148	951	238	(10.349)	29	17
	-	9.148	951	238	(10.349)	29	17

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- Valores recebidos/captados - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados;
- Rendimentos financeiros - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar (Vide Nota Explicativa nº 3.b - práticas contábeis);
- Consumo - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2016 foram preparados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 20 de abril de 2017, em 20 de julho de 2017 e 20 de outubro de 2017, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em fevereiro de 2018.

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão N° 09/2013 tem por objeto o fomento, operacionalização e gestão de atividades e serviços relacionados ao teatro, com processo de formação em artes cênicas, com ênfase em teatro, buscando crescimento artístico, técnico e pessoal, além de cursos de extensão cultural, com as vertentes de iniciação, reflexão e produção, com acesso às etapas de base, aprofundamento e viabilização do fazer artístico com ênfase nas artes cênicas.

O atual Contrato de Gestão foi assinado em 27 de dezembro de 2013 com vigência de 01 de janeiro de 2014 até 30 de junho de 2018. O valor total do contrato é de R\$ 72.536 mil.

Por meio do 2° Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 30 de julho de 2015, o seu valor global foi ajustado para R\$ 69.977 mil.

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Por meio do 3º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 30 de julho de 2017, o seu valor foi ajustado para R\$ 61.941 mil.

Por meio do 4º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 11 de janeiro de 2017, o seu valor foi ajustado para R\$ 54.684 mil, com expectativa de repasses anuais de:

Em 2014	15.109
Em 2015	9.832
Em 2016	9.148
Em 2017	10.712
Em 2018	9.883
	<u>54.684</u>

8. Salários, férias e encargos sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de férias	431	458
INSS a recolher	242	238
IRRF a recolher	75	73
FGTS a recolher	34	37
PIS a recolher	10	11
	<u>792</u>	<u>817</u>

9. Provisão para contingências

A Associação não é parte (polo passivo) em nenhuma ação judicial em 31 de dezembro de 2017, conforme confirmação do escritório de assessoria jurídica.

10. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2017 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade no montante de R\$ 120 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3(i).

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

11. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

12. Receitas operacionais

	2017	2016
Contrato de gestão	10.324	8.948
Receita com prest de serv - Paula Souza (nota 5)	1.100	1.336
Outras receitas de captação	60	198
Rendimento de aplicações financeiras	170	238
Outras receitas	516	11
Trabalho voluntário	120	150
Aluguel gratuidade	1.451	1.174
	<u>13.741</u>	<u>12.055</u>

13. Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	(3.762)	(3.607)
Encargos sociais	(1.731)	(1.648)
Benefícios	(1.321)	(1.029)
Férias	(483)	(464)
Serviços autônomos		(92)
13° salário	(346)	(337)
Outros	-	(26)
	<u>(7.643)</u>	<u>(7.203)</u>

ADAAP - ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

14. Despesas com prestadores de serviços

	2016	2016
Artistas convidados	(745)	(296)
Vigilância e segurança	(354)	(345)
Limpeza e higiene	(333)	(284)
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	(166)	(147)
Informática	(93)	(125)
Outros	(105)	(80)
	<u>(1.796)</u>	<u>(1.278)</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Bolsas-auxílio	(370)	(358)
Aluguel	(205)	(640)
Manutenção	(367)	(109)
Água, luz, internet e telefone	(192)	(215)
Doações de ingressos SP Escola	(74)	(74)
Intercâmbios e viagens	(412)	(34)
Materiais para aula e cursos	(123)	(43)
Despesas com transportes	(128)	(50)
Filmagens e produções	(54)	(17)
Material com itens de consumo	(60)	(26)
Despesas com eventos	(44)	(5)
Outros	(46)	(288)
	<u>(2.075)</u>	<u>(1.860)</u>

16. Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

17. Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

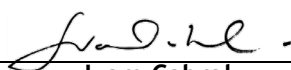
18. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- **IRPJ:** Imposto de renda da Pessoa Jurídica;
- **CSLL:** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- **ISSQN:** Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza;
- **COFINS:** Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre as receitas próprias.

19. Seguros (não auditado)

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Ivam Cabral
Diretor Presidente